



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

PRIMEIRA REUNIÃO DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2010. -----

----- **ACTA NÚMERO DOIS** -----

No dia vinte e três de abril de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a 1.ª Reunião da 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência do seu Presidente em exercício, Excelentíssimo Senhor Pedro Carromeu. -----

Efectuada a chamada para a verificação das presenças, além do mencionado, foram registados os seguintes Deputados Municipais:-----

Emanuel de Jesus Colaço Costa, Álvaro José de Oliveira Saraiva, Ivo Quendera, Ingeburga Zanga de Oliveira, José António Rocha Barbosa Caria, Isabel Maria de Almeida Travessa, Alfredo Luís Dias Rodrigues, Ricardo José Caçoila, Avelino dos Santos Antunes, Pedro Manuel Gomes do Carmo, Gonçalo Filipe da Silva Bastos, Marília Gomes Berto Reimão, José Manuel Rosa Ferra, Paulo Jorge Ribas Faria Ramos, José Manuel Mata Justo, Fernando Manuel Carvalho Coelho, Élia Maria Feio Alves, Alberto dos Santos Fernandes, Nélia Rute Simões, Jorge Moutinho, José Francisco dos Santos, Humberto Pereira Lopes, Florêncio Manuel Pinto, Maria Amélia Bailador Espadinha, Tolentino de Oliveira Gomes, Luís Miguel da Silva Morais, António José Lopes Saltão e Carla Isabel Marques Braziel.-----

O Presidente em exercício, Pedro Carromeu, fez uma Intervenção, cujo teor, passo a descrever: “ Na ausência do Presidente Amândio de Carvalho e da primeira secretária Sandra Anes, o segundo secretário toma as funções de Presidente da Mesa e de acordo com o Regimento torna-se necessário a eleição



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

do primeiro e segundo secretários. Solicito às diversas bancadas que designem deputados para a eleição. -----

O Deputado Municipal - Emanuel Costa no uso da palavra, disse: “ *A bancada do PS designa Fernando Coelho para primeiro secretário e Pedro Carmo para segundo secretário.* -----

Não se verificando mais nenhuma intervenção das outras bancadas, foi colocado à votação, por escrutínio secreto, tendo sido eleitos, com 16 votos para 1.º Secretário – Fernando Coelho e 2.º Secretário Pedro Carmo, e 10 votos em branco. -----

Solicitaram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

Amândio José Correia de Carvalho, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Nélia Simões. -----

Sandra Lopes Anes, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Jorge Moutinho. -----

Maria Fernanda Pereira Fernandes, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal, Ivo Quendera. -----

Isabel Cristina Camacho, tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Ingeburga Zanga de Oliveira. -----

Jorge Tavares, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Alberto dos Santos Fernandes. -----

Celina Marques Figueiredo, tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Élia Maria Feio Alves. -----

O Senhor Presidente em exercício, declarou aberto o período Antes da Ordem do Dia.-----



Handwritten signatures and initials

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Cumprimentou os Senhores Deputados Municipais, a Vereação e o público presente, abriu o período destinado à intervenção do público, de acordo com o artigo 32º. do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. -----

A Múncipe – Sabina Pereira, moradora na freguesia de Sarilhos Grandes, no uso da palavra disse: “Gostaria de ter um esclarecimento em relação ao aumento da taxa de recolha de resíduos sólidos, depois de já ter sido anunciada a redução, a factura da água continua a vir com o mesmo valor, gostaria de saber até quando vai persistir esta taxa.” -----

A Senhora Presidente da Câmara no uso da palavra disse: “Obrigada à senhora muncipe por ter colocado essa questão, que vai permitir clarificar a situação. A Câmara Municipal do Montijo nos termos da lei desenvolveu um estudo de viabilidade económico-financeira que sustentasse as taxas e as tarifas dos serviços que o município presta aos cidadãos. No quadro desse estudo houve valores de serviços que a Câmara estava a prestar que desceram substancialmente uns e outros nem tanto. No que se refere a algumas taxas a Câmara e a Assembleia Municipal deliberaram não fazer crescer um conjunto de taxas. Durante o ano de 2010 essas taxas não seriam aumentadas, nas tarifas também aconteceu essa situação. A verdade é que quer as taxas quer as tarifas foram aprovadas na Câmara, tiveram um período de discussão pública de trinta dias e foram aprovadas de novo na Câmara, com os votos favoráveis do PS e PSD e sem os votos contra da CDU, que se absteve. Já esclarecemos na Câmara e esclarecemos os munícipes que de facto houve da nossa parte um lapso e uma omissão, porque se nos tivesse sido sinalizado, esse aumento substancial, quer pela empresa que desenvolveu o estudo, quer pelos nossos serviços, quer mesmo pelos senhores vereadores, tínhamos analisado a situação. Portanto somos todos co-responsáveis por termos deixado passar esse valor de 8,22€. Os munícipes ao depararem-se com a inclusão desse valor na factura, confrontaram os serviços,



Fals
PC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

pois passaram de 1,20€ a 8,20€. Imediatamente propusemos na Câmara que o valor fosse fixado em 3€ e que os munícipes fossem posteriormente reembolsados do dispêndio que estavam a ter com a taxa de 8,20€. Na última sessão de Câmara tive a oportunidade de explicar que a taxa se encontra em vigor até ser legalmente substituída. Significa que a taxa de 8,20€ só é substituída no dia em que for publicada no Diário da República a taxa de 3€. -----

O Deputado Municipal - Avelino Antunes fez uma intervenção cujo teor passo a transcrever: "Em relação à questão central, gostaria de começar por dizer que a CDU, ao contrário do que foi aqui dito, não votou contra a diminuição da taxa, a CDU votou contra a proposta porque efectivamente ainda se tratar de um aumento. O aumento inicial era de 800% e a proposta que a senhora presidente levou à Câmara ainda representava um aumento de 150%. O facto é que a senhora Presidente falou sobre o estudo, e disse aqui nesta Assembleia, que não haveria aumentos em 2010. A CDU, ao contrário do que a senhora Presidente disse, não foi contra a diminuição, mas sim contra o aumento de 150%. Sobre o comunicado, que foi distribuído à população, não foi um comunicado da CDU, mas sim do PCP, e corresponde à verdade, tratou-se efectivamente de um aumento, e os munícipes reagiram, e bem. Se não houvesse a informação de que os aumentos seriam apenas a partir de 2011, a posição da CDU não seria de abstenção, mas tinha sido de voto contra. Gostaria também de ouvir a gravação da última reunião da Assembleia Municipal, quando foi dito que era para entrar em vigor em 2011. A senhora Presidente tem de facto impeditivos do ponto de vista legais, que nós compreendemos, mas o problema que está aqui, é um problema político. Porque aqui do que se trata é de um aumento inicial de 800% que depois se vem a dizer que há uma diminuição, quando ainda há um aumento de 150%. Foi por essa razão que a CDU votou contra. Esta é que é a questão e não outra." -----



Raly
26

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

O Deputado Municipal - Mata Justo, fez uma intervenção cujo teor passo a transcrever: "Fiquei também perplexo com a minha factura da água, tendo em conta o que foi dito pela senhora Presidente na última Assembleia municipal, que 2010 seria um ano de estudo, e em 2011 seriam analisadas as taxas. Sobre esse assunto a bancada do PSD não tem nada a dizer. " -----

O Deputado Municipal - Alfredo Rodrigues fez uma intervenção, cujo teor passo a transcrever: "Gostaria de deixar claro que votei a favor daquelas taxas e daquelas tarifas. A verdade foi esta, a votação foi feita, é uma realidade. Foi aqui dito, que devido que foi devido a um lapso que se chegou a esse valor. Gostaria que houvesse oportunidade de averiguar quem tem razão nesse sentido. Estou nesta Assembleia à meia dúzia de meses e quando entro naquela porta, penso o que venho fazer, de que maneira é que posso ajudar a minha terra, e que importância é que tem aquilo que eu estou a fazer. Devemos tirar daqui uma lição, e não pretendo parecer mais esperto que ninguém, é uma percepção que tenho, talvez um pouco ingénua, porque perdemos muitas vezes tempo com coisas que não interessam, e damos pouco tempo às coisas que interessam. Só tenho uma coisa a dizer em relação aos 8€ e aos 3€, e é linear, quando puderem os munícipes pagar 3€ em vez dos 8,20€, se não puder ser ontem, que seja o mais breve possível que a Lei permite. Se houver condições para haver um estorno inclusive dos juros, melhor, senão pelo menos no Natal, enviassem um postal de Boas Festas a agradecer do financiamento que fizeram ao município." -----

O Deputado - Municipal - Ricardo Caçoila, fez uma intervenção, cujo teor passo a transcrever: "O BE não votou a favor desta taxa porque considera que as taxas que já pagamos são absurdas e exageradas. Tendo em conta este aumento de 800% que foi referido e que andamos aqui a falar de uma situação que já poderia estar resolvida com uma celeridade diferente." -----

Acta n.º 02/2009, aprovada com vinte e dois votos a favor e sete abstenções. ----



Handwritten signatures and initials

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

O Presidente da Assembleia, no uso da palavra leu uma Saudação, cujo teor passo a transcrever: "Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Múncipes. Comemoramos no próximo domingo, trinta e seis anos de democracia em Portugal e o fim de um dos regimes mais autoritários da Europa. Nunca é demais lembrar as atrocidades cometidas durante quarenta e oito anos de Estado Novo, pois nunca se devem esquecer nem branquear, actos que conduziram o nosso País a uma profunda estagnação económica, social e cultural. Este ano, celebramos também o centenário da Implantação da República e o ideário republicano, com todos os seus valores democráticos da Igualdade e da Liberdade. Valores estes ignorados e subjugados a interesses singulares, durante a ditadura Salazarista, que oprimiu e reprimiu vontades, que favoreceu os interesses de alguns, que irrompeu profundas mudanças surgidas com a República. O País viveu mergulhado num conservadorismo excessivo, onde o Estado com a profunda influência da Igreja, contrariando mais um dos valores da República, proclamava a moral bacoca, formatava os jovens com ideais questionáveis e embrutecia um povo já de si ausente de conhecimento e de cultura. É exemplo evidente desta passagem, o papel discriminatório atribuído à mulher e a sua subjugação a uma sociedade onde o homem ditava as regras. Com a revolução de Abril, comemoramos a queda de um regime fascista, que arrastou consigo todas as marcas políticas como: a censura, as perseguições e prisões políticas, a guerra colonial. Comemoramos o Poder Local democrático e a sua vital importância para o desenvolvimento do País. Mas, acima de tudo, comemoramos a liberdade e a democracia, os valores essenciais para a construção de uma sociedade, onde todos devem ter o seu lugar. Falar de Abril é também falar de Educação e recordar as profundas transformações ocorridas na Escola Pública. Democratizando-se o País, democratizou-se a escola, resultando daí todas as mais-valias para o desenvolvimento intelectual de uma sociedade, que durante



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

anos conviveu com elevadas taxas de analfabetismo, como resultado de uma política educativa que pouco ou nada estimulava o acesso à cultura. Constitui-se a denominada “escola única”, acabando-se com as discriminações de classe no acesso à escola, em que uns seguiam um ensino mais académico, conducente à formação de uma elite administrativa e governativa, e outros eram simplesmente empurrados para um ensino mais técnico orientado para o exercício de profissões menos reconhecidas. A riqueza da escola única é permitir que vários públicos convivam e aprendam juntos, pois só assim estaremos a promover a inclusão social. Abriu-se caminho para a verdadeira “escola para todos”, massificou-se o ensino, pois todos têm direito à educação e à consequente ascensão social numa sociedade democrática. A promoção e a construção de uma sociedade justa, igualitária e democrática começa na escola. Não posso deixar de referir o enorme investimento que o governo do Partido Socialista está a promover na remodelação das escolas secundárias um pouco por todo o País, dotando-as de melhores instalações, de laboratórios e dos meios tecnológicos tão necessários ao actual processo de ensino-aprendizagem. Uma palavra de reconhecimento, também ao Executivo Municipal do PS e ao estabelecimento da educação como a sua política prioritária. Saudamos também o 1.º de Maio, o dia do trabalhador, infelizmente num clima de profunda crise económica global, que afecta Portugal e a sua economia, reflectindo-se todas estas dificuldades que atravessamos nos números actuais do desemprego. Repudiamos a posição e a postura de certos actores políticos que tentam a todo o custo responsabilizar o governo pelos problemas que a economia atravessa, tentando retirar dividendos políticos de uma situação que afecta milhares de portugueses. Vivemos um período de dificuldades, fazendo todo o sentido a união de esforços, o contributo sério de todos, sempre com o interesse nacional acima dos interesses partidários. Recordamos que foi com o 25 de Abril que o movimento sindical, tão importante para uma democracia, recuperou a sua liberdade e assumiu as suas lutas na defesa dos direitos dos trabalhadores. Como é comovente visualizar as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

imagens do 1.º de Maio de 1974, uma semana após a Revolução de Abril, e observar um povo unido, libertando-se da ditadura, expressando os seus mais profundos sentimentos, que durante anos foram escondidos, sem poderem ser revelados. Foi, até à data, a maior manifestação realizada em Portugal, foi a maior demonstração de alegria, foi a libertação de um povo! Nestas últimas três décadas, o país tem assistido a mudanças extraordinárias, só possíveis num regime democrático. Temos hoje índices de escolaridade dentro da média europeia, melhorámos substancialmente a nossa qualidade de vida existe igualdade de oportunidades e, acima de tudo, temos um estado social forte, que tanta falta faz em momentos difíceis como este que atravessamos. Existe ainda muito a fazer, pois uma sociedade encontra-se sempre em evolução. E nesta dinâmica evolutiva, associada a um mundo cada vez mais global e interdependente, não dependemos só de nós. Felizmente que os tempos do "orgulhosamente sós" são parte da nossa história. Entristece-me ouvir alguns saudosismos do passado, que à mínima dificuldade surgida no processo democrático, invocam memórias ditatoriais como resposta a alguns problemas da sociedade. As mulheres e os homens que permitiram a revolução merecem mais respeito e reconhecimento. Muito se realizou. Muito ainda temos a realizar. Continuamos a cumprir Abril! Viva o 25 de Abril! Viva o 1.º de Maio!" -----

O Deputado Municipal - Avelino Antunes, no uso da palavra, leu uma Intervenção, cujo teor a seguir se transcreve: "Daqui saudamos o MFA que interpretando a luta anti-fascista e os sentimentos do povo português, derrubaram o regime fascista que durante 48 anos amordaçou e oprimiu o povo português, permitindo alcançar a liberdade a 25 de Abril de 1974. Gesta heróica para sempre gravada na memória colectiva do povo e lavrada a letras de ouro na nossa história. Com o 25 de Abril alcançámos a liberdade e a democracia, sem que nos possamos esquecer, que a democracia tem quatro vertentes, que a Constituição da República Portuguesa consagra, a democracia política,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

económica, social e cultural. Nos primeiros anos de Abril, com o povo na rua, foram alcançadas importantes conquistas políticas, sociais e económicas, que permitiram melhorar as condições de vida do povo português, com especial relevo para o mundo do trabalho. A título de exemplo do PIB era atribuído mais de 50% para salários, enquanto hoje é atribuído 32%, sendo este um factor determinante na distribuição da riqueza produzida, o que fez que se agravassem as condições de vida do nosso povo. Com a contra-revolução iniciada há 32 anos, fomentada e implementada a política de direita, dos sucessivos e actual governo, pondo em causa a democracia económica, social e cultural, com ameaças à democracia política e à liberdade. O exemplo disso são os baixos salários e o congelamento, o trabalho sem direitos, as reformas de miséria, o galopante desemprego, os cortes sociais e o ataque aos direitos na saúde e na justiça, o desmantelamento do nosso aparelho produtivo e dos serviços públicos, as privatizações pondo sectores estratégicos ao serviço dos interesses do grande capital, quando deveriam estar ao serviço da economia nacional. Os lucros dos grupos económicos aumentaram desenfreadamente. Os cinco maiores bancos alcançaram mais de 1.700 milhões de euros de lucros, em 2009, a EDP mais de 1000 milhões, a PT mais de 680 milhões, a CIMPOR mais de 245 milhões, a Galp energia mais de 210 milhões, tudo isto ao mesmo tempo que aumenta o flagelo da pobreza e que pioram as condições de vida do nosso povo. O povo vive cada vez mais com dificuldades, ao que falta na vida de milhões de portugueses sobra em lucros e privilégios aos grupos económicos, bem como as escandalosas remunerações de muitos dos seus gestores. O país e o mundo não têm hoje menos dinheiro e recursos, o que acontece é que a distribuição da riqueza produzida é cada vez mais injusta. Temos hoje novamente, uma natureza de estado ao serviço da oligarquia dos grandes interesses, em nome de quanto menos estado melhor, o que se veio a verificar e se verifica, é menos estado social para quem trabalha e necessita, e mais estado para servir os interesses do grande capital. A prova do que afirmamos está entre outros, bem patente, no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

intitulado Plano de Estabilidade e Crescimento – PEC, que mais não é, que um plano para servir os interesses do grande capital nacional e internacional e, uma autêntica declaração de guerra aos trabalhadores. Alguns tentam fazer crer, através de manobras de diversão, lavando as mãos como Pilatos, que não estão de acordo mas os que foram parte integrantes dos sucessivos governos e da política de direita, não só estão de acordo com este PEC e outras coisas mais. Não foi para isto que foi feito o 25 de Abril! Nem o 25 de Abril tem culpa disto! Tudo isto é claramente uma ofensiva contra o 25 de Abril, processo revolucionário inacabado, pelo que é necessário e imperioso, retomar os caminhos que as portas de Abril abriram. É necessário continuar e intensificar a luta por melhores condições de vida, contra desigualdades, pelo combate às injustiças, por mais e melhor justiça social. É necessário e imperioso alcançarmos a democracia económica e social para que o nosso povo possa viver melhor. Apelamos para que a população do nosso concelho, participe activamente nos festejos do 25 de Abril e do 1.º de Maio, jornadas de festa, alegria e luta, pela exigência de uma ruptura com a actual situação, pela mudança na vida nacional exigindo outras políticas, que não só são necessárias como possíveis: - Uma política fiscal que contribua para mais justiça social, obrigando a banca a pagar 25% de taxa efectiva de IRC, acabando com o offshore da Madeira, aplicando uma taxa extraordinária de IRC a empresas que tenham mais de 50 milhões de euros de lucro e impondo no imediato a tributação das mais-valias realizadas na bolsa e dos privilégios dos gestores; - Aumento geral dos salários e pensões, visando uma mais justa repartição da riqueza e a dinamização do mercado interno, designadamente com a elevação do salário mínimo nacional pelo menos 600 euros até 2013 e o aumento das pensões, incluindo no imediato 25 euros para aquelas que são mais baixas e a defesa do alargamento dos direitos dos trabalhadores; Defesa da produção nacional alargando o investimento público, apoiando as MPME, privilegiando o mercado interno, impondo a obrigatoriedade de incorporação da produção



*Plano
Rabz*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

nacional nos grandes projectos, bem como a tributação das importações, apoios às exportações e uma política de substituição de importações de bens transaccionáveis. Impõe-se a adopção de um programa de industrialização do país e do aproveitamento integral dos seus recursos e programas de desenvolvimento dos sectores agro-alimentar e das pescas, do mar e da floresta;

- Reforço do sector empresarial do estado, pondo fim imediato ao processo nacional em sectores estratégico por via do controle público de sectores como a banca, a energia, as telecomunicações e os transportes, assegurando a dinamização, o controle e planeamento democrático da economia nacional; - Criação de emprego, combate ao desemprego e apoio aos desempregados tendo como objectivo uma política de pleno emprego, combatendo os despedimentos, a precariedade, alargando o emprego público e as prestações de serviços às populações, assegurando o efectivo apoio no desemprego. – Reforço dos serviços públicos e das funções do estado, pondo fim à política de destruição e encerramentos em curso. Valorizando o Serviço Nacional de Saúde e a Escola Pública, o seu carácter público gratuito e universal, afirmando um programação de intervenção que recuse a visão mercantilista do direito à saúde e à educação. Invertendo também o rumo de destruição da Segurança Social e reforçando os mecanismos do seu financiamento. Uma política que reforce a Segurança Social Pública e valorize as funções e papel do Estado em todas as suas dimensões na segurança das populações, na justiça, nos serviços de apoio À actividade económica e na investigação científica. – Uma forte iniciativa política do Estado Português que reclame no imediato junto da União Europeia a renegociação do calendário estabelecido de diminuição da dívida pública e do deficit, a diminuição das contrapartidas nacionais para um valor máximo de 10% na aplicação de fundos comunitários, a suspensão de remessas do estado português (ou a devolução de parte do que é enviado) para o orçamento comunitário, o fim das imposições monetárias e cambiais do Banco Central Europeu ao serviço das grandes potências e do grande capital, colocando como objectivo o fim da União



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Económica e Monetária. 25 de Abril Sempre! Viva o 25 de Abril! Viva o 1.º de Maio!" -----

O Deputado Municipal - Emanuel Costa, no uso da palavra, leu uma Intervenção, cujo teor a seguir se transcreve: "A crise internacional afectou, como não poderia deixar de ser, a economia portuguesa, essencialmente no ano de 2009 mas também no ano de 2008. O Governo da República desenvolveu uma política de consolidação orçamental entre 2005 e 2008 que conduziu uma redução do défice em 3,4 pontos percentuais do PIB. Reformas estruturais importantes como as da Segurança Social, da Administração Pública, da simplificação administrativa, da educação, inovação, ciência e tecnologia, da energia, entre outras, para além dos seus efeitos orçamentais, contribuíram para o desenvolvimento positivo na nossa economia. Com a crise internacional a afectar a economia portuguesa, o Governo da República foi obrigado a desenvolver um conjunto de medidas extraordinárias de estímulo à economia e de apoio às famílias mais carenciadas e afectadas, tais como, no âmbito da estabilização do sistema financeiro (Nacionalização do BPN, prevenindo riscos sistémicos, e apoio à operação financeira para garantir os depósitos, e só os depósitos, do BPP; criação de um sistema de garantias públicas para o crédito interbancário, no valor de 20.000 M euros ou disponibilização de 4.000 M euros para assegurar, se necessário, a aquisição pelo Estado de acções preferenciais no âmbito de operações de recapitalização do sistema bancário português); no âmbito do investimento público (modernização do parque escolar 975 M euros; investimento nas redes de banda larga de nova geração; ou apoio à instalação doméstica de painéis solares); no apoio às empresas (Programa de regularização das dívidas do Estado, Regiões Autónomas e Autarquias Locais 1.400 M euros; Abertura de linhas de crédito do Programa PME Investe com a disponibilização de 2,9 mil M euros, a 28 mil empresas; ou os 4 programas de apoio a sectores económicos estratégicos: ao sector automóvel (165 empresas,



PL
Rel

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

120 M euros), ao sector dos têxteis, calçado e vestuário (1.544 empresas, 435 M euros), ao sector da cortiça (160 empresas, 38 M euros), ao sector da madeira e do mobiliário (860 empresas, 215 M euros); no Apoio às Famílias e protecção social (Prolongamento do subsídio social de desemprego por mais 6 meses, podendo chegar aos 18 meses; Moratória por dois anos de 50% da prestação do empréstimo para habitação própria, para famílias com desempregados; Apoios a 100% para alunos beneficiários da acção social escolar no ensino básico e secundários, desde que um dos pais esteja desempregado), entre outras. Estas medidas anti-crise, provocando um grande esforço orçamental, a par da queda acentuada da receita fiscal, estão na base do agravamento do défice orçamental registado em 2009. O programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013, apresentado pelo Governo e votado no parlamento com os votos favoráveis do PS, as abstenções do PSD e do CDS/PP e os votos contra dos restantes partidos minoritários, define uma estratégia clara e credível de redução do défice e correcção do crescimento da dívida até 2013; privilegia a redução e contenção da despesa; mantém um quadro geral de estabilidade fiscal que não compromete a competitividade e o emprego e assegura a sustentabilidade das finanças públicas enquanto suporte do crescimento sustentado da economia. As medidas apresentadas na parte da despesa, entre outras: 1- CORTE NO INVESTIMENTO PÚBLICO: o peso do investimento público no PIB vai cair de 4,2% em 2009 para 2,9% em 2013. 2 – SALÁRIOS CONGELADOS: os funcionários públicos vão ter aumentos salariais abaixo da inflação até 2013. 3 – APOIOS À ECONOMIA: algumas das medidas anti-crise, como o alargamento do subsídio de desemprego e o subsídio de contratação de jovens, vão ser retiradas já em 2011. 4 – TECTO MÁXIMO PARA BENEFÍCIOS FISCAIS E DEDUÇÕES: os contribuintes vão passar a ter um tecto máximo para os montantes dos benefícios e deduções fiscais de que poderão beneficiar. 5 – CORTE NAS PRESTAÇÕES SOCIAIS: o Governo vai cortar em 0,5% os gastos com prestações sociais até 2013, através de um maior controlo da real necessidade (abono de família,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

subsídio social de desemprego ou de maternidade, Rendimento Social de Inserção ou Complemento Solidário para Idosos são algumas das prestações que fazem parte do regime contributivo). No lado da receita: 1 – NOVO ESCALÃO DE IRS: o Governo cria um novo escalão de IRS de 45% para quem tenha rendimentos anuais superiores a 150 mil euros. A nova taxa será temporária e vai durar até 2013. Estas medidas incidem já sobre os rendimentos obtidos em 2010. 2 – TRIBUTAÇÃO DAS MAIS- VALIAS DA BOLSA: os contribuintes que detenham acções há mais de um ano vão perder a isenção e passar a estar sujeitos a uma taxa de 20%. 3 – PRIVATIZAÇÕES: Esta será a principal via para reduzir a dívida pública. O Governo prevê um encaixe de 6 mil milhões de euros de receitas. Estas e outras medidas são vistas por agentes económicos e instituições internacionais como uma estratégia adequada e viável para atingir os objectivos do PEC. Consideramos um documento credível, com fiabilidade, com medidas eficazes às medidas preconizadas e com percepção existente quanto à capacidade do Governo em implementar tais medidas, o que depende da sua reputação e das condições políticas de governabilidade existentes.” -----

O Deputado Municipal - Álvaro Saraiva, no uso da palavra, leu uma Intervenção, cujo teor a seguir se transcreve: “A grande adesão à campanha internacional por um novo acordo e medidas efectivas de combate às alterações climáticas não foi considerada pelos líderes mundiais reunidos em Copenhaga, uma cimeira que se traduziu num fracasso e adiou todas as decisões para 2010. Enquanto decorria a Cimeira de Copenhaga, a COP15 – 15.ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas e o 5.º Encontro das Partes do Protocolo de Quioto, teve lugar a já habitual iniciativa internacional “Global Climate Campaign”. Que reuniu milhares por um novo acordo e medidas efectivas do planeta. “As alterações climáticas estão aí e são um dos problemas ambientais mais graves que se colocam à vida no planeta.”, Se a iniciativa internacional pode ser avaliada como um sucesso, os resultados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

da Cimeira são tidos como um fracasso. A COP15 era considerada uma cimeira fundamental para um novo acordo pós Protocolo de Quioto. No entanto, os resultados ficaram muito aquém do necessário. O Protocolo de Quioto veio estipular que os países industrializados têm a obrigação de reduzir a quantidade de gases poluentes com efeito de estufa em pelo menos 5% até 2012, em relação aos níveis de 1990, havendo, depois, limites próprios por país. De Copenhaga saiu um acordo que foi apenas “registado” e não “adoptado” pelos órgãos da Cimeira e suscita ainda dúvidas sobre o seu valor e enquadramento, um texto de duas páginas e meia, cheio de intenções e sem obrigações. Um possível acordo efectivo ficou adiado para Dezembro de 2010, no México. Para “Os Verdes” “ a conferência de Copenhaga resultou num rotundo fracasso”. Com efeito, nem se chegou a um acordo vinculativo, mas nem tão pouco se traçaram metas de redução de emissão de gases com efeito de estufa, nem se definiu um prazo para que um futuro acordo venha a estar definitivamente estabelecido. O período de cumprimento de Quioto está a chegar ao fim (termina em 2012) e, depois disso, há um vazio absoluto na definição de metas de redução de emissão de gases com efeito de estufa. A responsabilidade deste fracasso tem nomes tem responsáveis são “os chefes de Estado e de Governo, com particular responsabilidade para os EUA, que arrastaram as negociações até ao último minuto e que, definitivamente, demonstraram que desde a cimeira de Bali (em 2007) até à Conferência de Copenhaga, não mais pensaram nem agiram para o sucesso das negociações.” A responsabilidade dos EUA é enorme, não só por serem um dos maiores países e uma das grandes economias mundiais, com um grande (excessivo) peso geo estratégico (pelas piores razões, infelizmente), mas também porque são dos maiores poluidores per-capita (em conjunto com a Austrália e o Canadá) no planeta! Face ao descabro dos mandatos de W. Bush, recusando-se durante oito anos sequer discutir o problema e assumir qualquer mudança internamente, difícil era fazer pior... O desafio dos EUA nesta Cimeira era, como um dos países mais desenvolvidos (do ponto de vista económico e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

tecnológico), estar minimamente à altura do desafio que a comunidade científica lançou, que outros Estados procuraram (ainda que timidamente) acompanhar e acima de tudo que o planeta e a Humanidade necessitam. Mas, infelizmente, os EUA não estiveram à altura, foram um dos coveiros de Copenhaga, e demonstraram estar mais preocupados (como sempre) com a sua política interna e as próximas eleições de um acordo vinculativo para travar as alterações climáticas. Foi profundamente decepcionante para quem ainda tinha ilusões... Os compromissos assumidos pela União europeia foram fracos, como aliás a postura negocial em Copenhaga. Copenhaga demonstrou que não basta assumirmo-nos, internamente como líderes mundiais no combate às alterações climáticas para liderar de facto esse debate à escala global... Faltou inteligência, diplomacia e acima de tudo muito trabalho. Trabalho de casa (interno, em vários países da EU com fracos resultados, Portugal incluído) e preparação ao longo destes dois anos desde Bali em negociações bi e multilaterais para arrotear o terreno que se queria produtivo em Copenhaga. Mas infelizmente a prioridade da UE foi o Tratado de Lisboa e não o combate às alterações climáticas. Em relação às metas, a única razão que explica que a UE não tenha aceite a proposta de "Os Verdes" de se auto-impôr, afinal (independentemente dos outros Estados), as metas que os dados científicos exigem (menos 40% de emissões até 2020 e menos 90% até 2050) é o receio (ainda por cima infundado) de perderem vantagens económicas face aos outros países com quem compete no mercado global. Tudo visto, a Europa não se portou melhor que os restantes: falta de ambição e de responsabilidade para com o problema do clima. Infelizmente Portugal, apesar da confortável margem de manobra que teve dentro do acordo comunitário de partilha de responsabilidades (burden sharing), podendo aumentar até mais 27% as suas emissões face a 1990, já as ultrapassou (há muito tempo) em muito (+11% em 2007, apesar do Governo agora dizer "apenas" + 8%, ainda não o demonstrou). Temos andado literalmente a "empatar" (pelo menos desde 1997, ano em que foi



DC
Calz

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

assinado Quioto), e continuamos!!! Apesar dos tímidos avanços nas renováveis (eólicas principalmente), está tudo por fazer!!! O solar está sub-aproveitadíssimo (num país com a melhor exposição solar da Europa); o Programa para a Eficiência Energética está na gaveta, sem uma única medida em prática; o sector dos transportes (o maior responsável pelas emissões que mais tem crescido nos últimos anos) continua sem medidas de incentivo e expansão para os transportes públicos colectivos (num país que continua a encerrar linhas de caminho de ferro, somando-se aos 800 e tal Km já encerrados nos últimos anos). É óbvio que tendo Portugal acordado tarde e estremunhado (se é que já acordou) para o problema, não vamos cumprir Quioto e por isso vamos comprar licenças para emitir desperdiçando verbas de que necessitamos para melhorar a nossa eficiência energética. Sempre o dissemos e continuamos a afirmar que aquilo que defendemos para Portugal pode-se extrapolar no essencial para a Europa e o resto do mundo. Como é óbvio um novo Acordo que adapte (e não substitue) Quioto para o pós 2012 é fundamental. O mundo precisa de mudar. O modelo de funcionamento da economia global capitalista de sobre-exploração dos recursos, e de sobre-exploração do homem trouxe guerra, fome, injustiças, doenças, destruição e desequilíbrio ambiental e climático. É preciso mudar, colocar a economia ao serviço das pessoas e da satisfação de necessidade colectivas e não ao serviço do lucro e do dinheiro. É preciso reconstruir a relação do Homem com a Natureza e devolver o equilíbrio a essa relação. Precisamos de Desenvolvimento Ambiental e Socialmente Sustentável! Como já tivemos ocasião de dizer, "Os Verdes" consideram que a conferência de Copenhaga resultou num rotundo fracasso. É incontornável. Se já partíamos sem esperança em relação a um acordo juridicamente vinculativo (destruídas as hipóteses nas semanas que antecederam a Conferência em relação a um novo Tratado), no final saímos sem sequer um acordo politicamente vinculativo! É o descalabro total! Nem metas sobre emissões (nem sequer para 2050!), nem prazos ou compromissos, apenas uma espécie de acordo, feito à pressa, entre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

alguns Estados, de que a ONU "toma nota", e que serve apenas para tentar salvar algumas caras de políticos nacionais que não souberam ser líderes internacionais. Saímos de Copenhaga de mãos vazias. Sr. Presidente Srs. E Sras. Ontem dia 22 de Abril, assinalou-se mais um aniversário do Dia da Terra e não é um aniversário qualquer, são 40 anos. Infelizmente, quatro décadas passadas desde o momento em que designou internacionalmente um dia para celebrar o Planeta Terra, os dados indicam que o caminho percorrido não tem ido no bom sentido e a nossa capacidade de conhecer e respeitar os limites da sustentabilidade do Planeta não tem progredido. Portugal, para além do défice económico, tem também problemas sérios com o défice ecológico. Segundo dados de 2009, Portugal apresenta uma pegada ecológica de 4,4 hectares globais per capita, tendo uma bicapacidade de apenas 1,2 hectares globais per capita. Em suma, o défice português é de cerca 3,2, ou seja, a pegada ecológica nacional está mais de 70% acima da nossa capacidade produtiva e de processamento dos resíduos que produzimos. Se todos os países do mundo apresentassem esta pegada, seriam necessários 2,5 planetas. Como só temos um planeta à disposição é urgente alterar a forma como nos relacionamos com o ambiente que nos rodeia. Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou o triénio 2007-2009 como o período de celebrações do ano Internacional do Planeta Terra (AIPT), inserindo-se na Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). O Mundo está cada vez mais interdependente e frágil e enfrenta vários perigos, assistindo-se hoje a uma devastação ambiental, à delapidação de recursos e à extinção de espécies. Para contrariar esta tendência devem ser conjugadas forças para a construção de uma sociedade sustentável, baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça económica, e numa cultura de paz, reconhecendo o Homem que pertence a uma família humana, e a uma só comunidade na Terra, com um destino comum. Assim, é imperativo que todos nós declaremos a nossa responsabilidade para com os outros, para com a grande comunidade da vida, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

para com as gerações futuras. É precisamente isto que afirma a “Carta da Terra”, que surgiu como uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global mais justa, sustentável e pacífica, e que resultou de um processo de consulta de larga escala, constituindo o processo mais aberto e participado alguma vez realizado no âmbito de uma declaração internacional. Todos podemos e devemos ser agentes de mudança e promotores de um desenvolvimento sustentável nos diversos contextos da nossa vida, enquanto filhos, educadores, profissionais, amigos, etc. Abdicar desse papel equivalerá a contribuir directamente para a manutenção da abordagem que nos conduziu à presente situação de desequilíbrio. E este é um cenário em que todos perdem, e que temos de evitar a todo o custo, com todo o nosso empenho. Porque PLANETA TERRA SÓ EXISTE UM.” -----

A Deputada Municipal - Isabel Travessa, no uso da palavra, leu uma Intervenção, cujo teor a seguir se transcreve: “Nos últimos largos meses, o tema da Saúde e, concretamente, a opção pela implementação do Centro Hospitalar Montijo Barreiro, tem vindo a gerar acesa polémica e discussão no Concelho. Muitos têm defendido a construção de um novo Hospital de Montijo com argumentos como: servir melhor as necessidades das populações dos Concelhos de Montijo e Alcochete; estar mais perto destas mesmas populações; ou ainda para dar resposta à alegada procura a surgir com o novo aeroporto de Lisboa. Para além de, alegadamente, o actual hospital não dar as respostas mais adequadas aos cidadãos. Da parte da Autarquia, nunca se descartou a possibilidade de, a médio e longo-prazo, se avançar com uma nova unidade hospitalar no Montijo. Aliás, desde há muito que os seus responsáveis têm vindo a garantir que existe mesmo um terreno no concelho já destinado a esse fim. Mas para já, a prioridade terá de ser a rentabilização das infra-estruturas já existentes e a criação de condições para que o actual Hospital responda às necessidades do Concelho e às potenciais necessidades criadas pela pressão do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

novo aeroporto. O direito à saúde é um direito de todos os Cidadãos, que está consagrado na Constituição da República, no seu artigo 64.º, devendo ser prestado através de um Serviço Nacional de Saúde universal e geral. Os Cidadãos esperam que o SNS lhes forneça o acesso aos cuidados de saúde com qualidade, equidade e segurança, objectivos que são também os do Estado. Mas não podemos ignorar os factos. Eles estão à vista. Vivemos tempos difíceis. Tempos de contenção que não são exclusivos de Portugal. Cada vez mais, há que fazer mais com o mesmo. Tal como noutras áreas, é preciso assegurar a eficiência e a sustentabilidade do sistema de saúde, sob pena de ficarmos sem sistema. E o envelhecimento da população pressiona ainda mais o orçamento da Saúde, porque o prazo implicará uma despesa pública com a Saúde cada vez maior. Essa tem sido a prioridade nos últimos anos, com a implementação do Plano nacional de Saúde 2004-2010, onde foram definidas orientações estratégicas, prioridades e metas a alcançar. No seu âmbito, avançou-se com múltiplos programas concretos, nas mais variadas vertentes, para uma utilização racional dos meios disponíveis, e com uma reestruturação do sistema na rede de cuidados primários, rede hospitalar e rede de cuidados continuados. Em preparação está já o próximo Plano Nacional de Saúde, para 2011-2016. A prioridade será, como aliás se consagra no PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento, a sustentabilidade financeira do SNS. E o actual Plano está em processo de avaliação, para se retirarem ensinamentos dos sucessos, dos ganhos, dos fracassos, das insuficiências. Que as há, certamente, como o mostram os protestos públicos nas mais variadas zonas do País. Ou uma recente avaliação do SNS realizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que, apesar de dar uma nota globalmente positiva à estratégia nacional, alerta para a necessidade de se “pensar seriamente” na sustentabilidade financeira, nos recursos humanos e nas desigualdades que persistem. O relatório mostra que não há bons resultados no acesso a cuidados médicos especializados e que são precisos mais médicos de família e enfermeiros, entre outros. Se, de facto, há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

problemas e falhas, também ninguém pode negar as melhorias no sistema conseguidas nos últimos anos. E a criação do Centro Hospitalar Barreiro/Montijo, que resultou da fusão entre os dois hospitais, num projecto que arrancou em Outubro do ano passado, veio exactamente no sentido de obter a maximização dos recursos envolvidos, a redução dos custos de funcionamento e ganhos de produtividade e de eficiência. Ficou com uma área de influência que engloba os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, servindo uma população de cerca de 200 mil habitantes, que é o número de habitantes apontado com fasquia para a rentabilização de um hospital. O concelho de Montijo tem cerca de 42 mil habitantes. A lógica é a de “um Hospital, duas unidades: Barreiro e Montijo”. No âmbito do projecto, o Hospital de Montijo reforçou ou vai reforçar em várias vertentes, como: - A dinamização da área de ambulatório, relativamente às consultas externas, onde são exemplos as Consultas de Ortopedia e Oftalmologia, ainda este mês, de Dermatologia. - Uma nova unidade de Cirurgia de ambulatória, até ao final deste ano. - Uma Unidade de Cuidados Continuados, a arrancar em Janeiro de 2011. O Hospital está mais reforçado e apetrechado. No total, como referiu recentemente a presidente do CA do Centro Hospitalar, em entrevista ao Jornal do Montijo, estão previstos investimentos a três anos para o Montijo de 7,5 milhões de euros. Claro que, tal como em muitas outras unidades hospitalares, existem problemas. Mas não é a construção de uma nova infra-estrutura que os vai resolver. Exigir um novo hospital na actual conjuntura é uma falsa questão. A resolução das deficiências que hoje são apontadas está identificada. Está nas mãos dos gestores e dos profissionais de saúde, que devem ser cada vez mais motivados, empenhados e qualificados. Mas também está nas mãos dos cidadãos que, cada vez mais informados, têm de ser mais proactivos, participativos e abertos às mudanças, exigências e condicionalismos de uma realidade do século XXI. Com as novas acessibilidades de que hoje dispomos, físicas e virtuais, o que ontem era longe hoje está aqui ao lado. O futuro passa por uma verdadeira mudança



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

de mentalidades. Por aplicar os bons exemplos e encontrar respostas e soluções inovadoras. Rapidamente. Corrigindo os erros e criando cada vez mais exemplos de sucesso. E este é um dever de todos nós. E só assim construímos um melhor lugar para viver. "-----

O Deputado Municipal - Ricardo Caçoila, no uso da palavra, apresentou uma Moção, que passo a transcrever: "Depois do Orçamento de Estado, vimos aprovar, na Assembleia da República, o PEC – programa de Estabilidade e Crescimento. Este PEC apresenta medidas económicas e sociais extremamente graves para os próximos três anos, que se consubstanciam no congelamento de salários da função pública e que depois terá um efeito generalizado, na redução de subsídios sociais aos mais impotentes da sociedade portuguesa e no aumento das privatizações. De entre estas que, no geral, correspondem a uma política prejudicial e desastrosa, do ponto de vista económico, as privatizações, das quais a EMEF e a CP. Recorde-se que, no Reino Unido, os Caminhos de Ferro foram privatizados, no tempo da Sr.ª Thatcher, mas voltaram a ser nacionalizados, perante o desastre da privatização. A British Airways privatizada simbolicamente por 1 Libra e que agora acumula prejuízos suportados pelo estado britânico. Apenas dois exemplos da irresponsabilidade britânica e que agora o Governo Português liderado pelo PS se prepara para efectuar. Neste contexto, a Assembleia Municipal de Montijo, reunida em 23 de Abril de 2010, manifesta o seu repúdio pelas políticas de desemprego e de retrocesso económico preconizado pelo PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento. "-----

*O Deputado Municipal - Ricardo Caçoila, no uso da palavra apresentou uma Moção, que passo a transcrever: "**DESPEDIMENTO COLECTIVO NA AMARSUL** – 1. Considerando que à AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 53/97, de 4 de Março, foi*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

atribuída a concessão de exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Valorização e Tratamento de Resíduos da Margem Sul do Tejo, em nove concelhos da Península de Setúbal, por um período de 25 anos; 2. Tendo em conta que o capital social da empresa é eminentemente público, 51% pertence à EGF – Empresa Geral de Fomento (detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.) e 49% pelos municípios inseridos na área de actuação (Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal); 3. Reconhecendo que a estrutura accionista da Adp – Águas de Portugal é composta pela “A PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, SA” (72,178%), “Parcaixa, SGPS, SA” (empresa criada pela PARPÚBLICA e pela Caixa Geral de Depósitos)(9,000%) e Direcção Geral do Tesouro (8,822%); 4. Asseverando que a AMARSUL entrou com um processo de despedimento colectivo de três trabalhadoras e seis trabalhadores, alegadamente por motivos de desactivação da unidade de triagem de Palmela e entrada em funcionamento da nova unidade do Seixal e seu maior grau de automatização; 5. Salientando que, no âmbito da denúncia apresentada pelo STAL – Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias Locais, mais de 95 por cento das trabalhadoras e trabalhadores visados no processo de despedimento colectivo apresenta uma idade superior a 60 anos, pelo que a situação de desemprego assume proporções gravíssimas; 6. Tendo em consideração as declarações do administrador executivo da empresa, Vítor Martins, a diversos órgãos da comunicação social, admitindo que a extinção dos postos de trabalho advém somente da «reconversão tecnológica» da empresa, cujos novos equipamentos a introduzir «não necessitam de tanta mão-de-obra como a actual»; 7. Admitindo que os despedimentos advindos do plano de reconversão tecnológica em curso contrariam a promessa do anterior Conselho de Administração e lançam a dúvida se terão sido analisadas todas as formas de reconversão empresarial com vista à reinserção de todas as trabalhadoras e de todos os trabalhadores, seja através da sua integração na futura unidade do Seixal, seja mediante a sua requalificação profissional e manutenção dos postos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

de trabalho; 8. Lembrando que de acordo com último Relatório e Contas disponível para consulta (2008), a AMARSUL apresentou um lucro no valor de 2,16 milhões de euros, desconhecendo-se quaisquer razões económico-financeiras que justifiquem a ausência de integração de todas as trabalhadoras e de todos os trabalhadores actuais da empresa; 9. Ressalvando que a Constituição da República Portuguesa define como tarefa fundamental do Estado «promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo (...), bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais (...), mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais» (alínea d) do artigo 9º), pelo que, para assegurar o direito ao trabalho, cabe ao Estado «a execução de políticas de pleno emprego» (alínea a) do número 2 do artigo 58º); 10. Entendendo que numa empresa pública a sobreposição de interesses económico-financeiros sobre a protecção das trabalhadoras e trabalhadores é inaceitável, sendo responsabilidade dos seus accionistas o cabal cumprimento dos direitos constitucionais mencionados. **O Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Montijo, na sua sessão ordinária de 23 de Abril de 2010, delibere:** 1. Repudiar o despedimento colectivo de trabalhadores na AMARSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A, situação inaceitável numa empresa de capitais públicos e cujos lucros ascenderam a 2,16 milhões de euros em 2008. 2. Solicitar à Câmara Municipal de Montijo que informe este Assembleia Municipal sobre o plano em curso de reestruturação da AMARSUL, bem como as medidas que pretende adoptar junto do Conselho de Administração da empresa no sentido da manutenção de todos os postos de trabalho actuais. 3. Enviar a presente moção ao Primeiro-Ministro, Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares e Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias Locais.” -----

O Deputado Municipal - Ricardo Caçoila, no uso da palavra leu uma Saudação, cujo teor passo a transcrever: “Comemoramos o 36º aniversário da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Revolução a 25 de Abril de 1974. Este acontecimento provocou uma profunda alteração em Portugal e encheu de esperança muitas e muitos portugueses. A instauração da democracia e o fim da penosa ditadura de quase 50 anos. Quatro décadas após essa bela madrugada alguns dos sonhos que Abril trouxe ainda estão por cumprir, a sociedade terá de assumir que há ainda um longo caminho a percorrer para dar ao povo português as condições de vida que todas e todos merecemos. Desde o 25 de Abril assistimos à alternância do poder, ora Partido Socialista (PS) ora Partido Social Democrata (PSD), acompanhados esporadicamente, num ou noutro caso, pelo Partido Popular (CDS/PP). Se é inquestionável que é o povo quem decide nas urnas, também o será que começa a ser insuportável manter nas mãos dos mesmos a capacidade de decidir sobre as nossas vidas. Somente estes maléficos actores da sociedade portuguesa desde a Democracia podem ser responsabilizados e é a eles que se devem atribuir as culpas pela nossa dramática situação. As sucessivas políticas retrógradas de carácter neo liberal levadas a cabo pelos diversos governos deixaram todo um povo à beira de uma depressão. Os mais de 600 mil desempregados, quase 15% da população activa em Portugal são disso mesmo um dos mais evidentes resultados. Se durante a ditadura Portugal provocou um povo pobre, pouco instruído, a viver num país pouco desenvolvido e onde o acesso à Saúde e à Educação era um privilégio à disposição de muito poucos, o que somos hoje em dia ??? - O número de famílias a viver no limiar da pobreza não pára de crescer; - Serviços de saúde com atendimento permanente cada vez menos e de menor qualidade; - O número de licenciados aumentou, mas em paralelo o desemprego em adultos com Curso Superior aumenta drasticamente. Muitos homens e mulheres que tiram um curso superior são atirados para o desemprego ou para situações de emprego em que são pagos abaixo das suas qualificações e, muitas vezes, em situações de precariedade. Os governos anteriores e actual de Portugal revelam-se incapazes e incompetentes também em termos de potencialização do conhecimento dos licenciados, para eles próprios e para o



Paulo
PC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

nosso País. - A geração dos quarenta, com um aumento drástico do desemprego, geração que é nova para se reformar mas velha para trabalhar; À Direita surge um novo líder. Pedro Passos Coelho não é mais do que um Sócrates renascido e recauchutado. As diferenças políticas entre ambos são ínfimas, para não dizer quase inexistentes. O CDS continuará com a sua paranóia securitária, defende os barões do dinheiro e promove a diminuição de prestações sociais do exército de desempregados que inunda Portugal. Nesta novela escabrosa, temos um primeiro-ministro que se vê confrontado com escândalos sucessivos que alimentam o dia-a-dia da comunicação social – o caso Freeport, o caso da aquisição da TVI e das alegadas interferências de Sócrates foram exemplo disso. O PEC (Programa de Estabilidade e Crescimento) é a mais evidente do retrocesso das conquistas sociais que Abril nos trouxe. Serão, novamente, os mais explorados e mais carenciados a sustentar a crise, enquanto os senhores do capital continuarão a ser poupados a isso. Há 11 anos uma lufada de ar fresco surgiu na então tentacular política portuguesa, o surgimento do Bloco de Esquerda, resultado da união de esforços e de vontades de muitas e muitos portugueses que não se reviam no quadro partidário de então. Desde essa altura que o BE tem vindo a sustentar o seu crescimento com a defesa de políticas claras de defesa da sustentabilidade do país, justiça social e da distribuição equilibrada dos dinheiros. Conscientes de que muitas e muitos portugueses continuarão a ver em nós uma voz activa na defesa dos seus direitos e liberdades, que em nós podem confiar, no dia 25 de Abril de 2010 mais uma vez sairemos à rua de cravo na mão para celebrar a Revolução! VIVA O 25 DE ABRIL!!!”-----

O Deputado Municipal - Ricardo Caçoila, no uso da palavra leu uma **Saudação**, cujo teor passo a transcrever: “No dia 1º de Maio de 1886, mais de 500 mil trabalhadores saíram às ruas de Chicago, nos Estados Unidos, numa manifestação pacífica, exigindo a redução da jornada para oito horas de



Paulo
PC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

trabalho. A polícia reprimiu a manifestação, dispersando a concentração, depois de ferir e matar dezenas de operários. Mas os trabalhadores não se deixaram abater, todos achavam que eram demais as horas diárias de trabalho, por isso, no dia 5 de Maio de 1886, quatro dias depois da reivindicação de Chicago, os operários voltaram às ruas e foram novamente reprimidos, resultado: 8 líderes presos, 4 trabalhadores executados e 3 condenados a prisão perpétua. Só em 1888 foi reconhecida a inocência destes trabalhadores. Em 1889 o Congresso Operário Internacional, reunido em Paris, decretou o 1º de Maio, como o Dia Internacional dos Trabalhadores, um dia de luto e de luta. E, em 1890, os trabalhadores americanos conquistaram a jornada de trabalho de oito horas. 116 anos depois das grandiosas manifestações dos operários de Chicago pela luta das oito horas de trabalho e da brutal repressão patronal e policial que se abateu sobre os manifestantes, o 1º de Maio mantém todo o seu significado e actualidade. Em nome da globalização neoliberal, dos imperativos do crescimento e da competitividade, paulatinamente, todas as conquistas sócio-laborais alcançadas ao longo de mais de um século de lutas, são hoje postas em causa. O direito ao trabalho é pura e simplesmente erradicado, dando lugar ao conceito de empregabilidade. Os falsos opinion-makers do sistema, fortemente ancorados nos seus empregos e principescamente pagos proclamam o fim do emprego para a vida e a necessidade de flexibilizar os despedimentos. Em nome da concorrência e da produtividade do sistema Neo-Liberal: - Aumentam-se os horários de trabalho, fazendo-nos regressar ao século XIX, em que a jornada de trabalho chegava às 14h; - Os salários de miséria e em queda acentuada aumenta exponencialmente a pobreza; - 1/5, cerca de 2 milhões de pessoas, da população portuguesa vive em grande pobreza, com cerca de 360€/mês; - 32% da população activa entre os 16 e os 34 anos seria pobre se dependesse só do seu trabalho, quase 4 milhões de habitantes; - cerca de 2 milhões de pobres sangram o nosso país Enquanto isto os lucros de algumas empresas, também resultado de privatizações, aumentam de forma fabulosa. Os bancos usam e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

abusam do sistema fiscal português duplicando os lucros a cada trimestre que passa. A precariedade no trabalho floresce por todo o lado. As ETT – Empresas de Trabalho Temporário crescem e multiplicam-se como cogumelos, a isto soma-se paralelamente a precariedade do trabalho, de que somos vice-campeões europeus. Impera a exploração das ETT - empresas de trabalho temporário, o abuso dos contratos a prazo e os recibos verdes, sem direito a descanso ou férias, de que o próprio Estado é o primeiro infractor. Será que a CM Montijo também colabora e promove estes tipos vínculos precários que promovem a pobreza? Mais de 45 mil jovens licenciados esperam e desesperam por uma oportunidade que, muitas vezes, se vêem obrigados a procurar no estrangeiro. Explora-se o trabalho ilegal e clandestino da mão-de-obra imigrante. Não há-de tardar muito para que, em nome da crise e da falta de produtividade, se venham a pôr em causa os subsídios de Férias e de Natal. Por tudo isto e muito mais, o 1.º de Maio é o dia de mobilização e luta reivindicativa dos trabalhadores de todo o Mundo. Quer seja a luta por melhores condições de trabalho e salários mais justos, ou a luta contra o trabalho precário e a flexibilidade selvagem dos horários de trabalho que não deixam tempo para as necessidades de lazer, de estudo e da vida familiar, transformando-nos em escravos do trabalho. Comemorar o 1.º de Maio é colocar no centro da luta a exigência de políticas de ruptura com as políticas liberais plasmadas no Código de Trabalho e na mais recente invenção capitalista o PEC, na verdade o verdadeiro Programa de Empobrecimento do Cidadão. Assim, o Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Montijo, decide saudar todos os trabalhadores e suas organizações representativas que neste 1.º de Maio sairão por todo o país à rua, levantando as bandeiras reivindicativas da luta pelo direito ao trabalho, à segurança e protecção social, ao bem-estar e ao progresso social. Viva o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

O Presidente da Assembleia, de seguida submeteu à votação a admissão das Moções apresentadas pelo BE, tendo as mesmas sido Aprovadas por Unanimidade. -----

Votação da Moção n.º 1 - Reprovada com vinte e três votos contra, dezassete do PS e seis do PPD/PSD.CDS.PP e seis votos a favor, cinco da CDU e um do BE e 0 abstenções. -----

Votação da Moção n.º 2 - Reprovada com vinte e três votos contra, dezassete do PS e seis do PPD/PSD.CDS.PP e seis votos a favor, cinco da CDU e um do BE e 0 abstenções. -----

O Senhor Presidente deu conhecimento da Ordem de Trabalhos que tinha para apreciação os seguintes pontos: -----

PONTO UM - Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 140/10 “Delimitação e Demarcação entre freguesias de Poceirão e Canha.”----

PONTO DOIS - Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 169/10 - “Celebração de protocolos de delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia.” -----

PONTO TRÊS – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 188/10 – “Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal respeitantes ao ano 2009.” -----

PONTO QUATRO – Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 190 /10 “Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do ano 2009” e proposta do Executivo Camarário n.º 211/2010 “Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do ano 2009 – Rectificação”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

PONTO CINCO - Informações da Exma. Senhora Presidente da Câmara sobre a Actividade Municipal, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

PONTO UM - Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 140/10 “Delimitação e Demarcação entre freguesias de Poceirão e Canha.”----
Sobre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere a alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente, de seguida submeteu à votação a proposta, conforme se discrimina: - Proposta do Executivo Camarário n.º 140/10 “Delimitação e Demarcação entre freguesias de Poceirão e Canha.”, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por UNANIMIDADE: -----

PONTO DOIS - Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 169/10 - “Celebração de protocolos de delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia.” -----

A Presidente da Câmara, no uso da palavra, fez uma Intervenção, cujo teor passo a descrever: “Os senhores deputados têm nesta proposta toda a informação que habilita os senhores deputados a decidir, não só em termos da declaração política, mas também para comparativo daquilo que foram as transferências para as freguesias no último ano, que cresceram mais de 12%, e aquilo que são as transferências para o ano de 2010, e que são naturalmente nalguns casos restritivas, como não podia deixar de ser, tendo em conta o quadro financeiro com que o município se depara e portanto temos todos de



Rahy
PL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

fazer um grande esforço para reduzir os custos e para deixar de executar algumas obras e algumas acções embora sendo importantes para as populações, os recursos financeiros arrecadados pela Autarquia, não têm condições de manter o mesmo nível de transferências para as várias autarquias. Foram incluídos em cada protocolo os trabalhadores que desempenham funções nas respectivas Juntas de Freguesia, cujo vencimento é da responsabilidade da Câmara, para os deputados poderem avaliar o porquê das transferências serem diferentes e os valores não são iguais. Falta aqui um protocolo que é com a Junta de Freguesia de Sarilhos. E repito aqui o que foi dito na Câmara Municipal, onde também já repeti, e que a comunicação social divulgou. Tivemos um processo de diálogo frutuoso quer parcelarmente, quer com todos os presidentes de Junta. E disse a todos a mesma coisa, quer parcelarmente quer no seu conjunto, que era preciso fazermos restrições e era preciso haver solidariedade entre a Câmara e as Juntas de freguesia. E para acertar uma proposta concreta, solicitei a todos os Presidentes de Junta no dia 18 de Fevereiro, para comparecerem a uma reunião na Câmara a 26 de Fevereiro. Nessa reunião, tinha uma proposta de protocolo para entregar a cada um dos senhores presidentes, compareceram todos os presidentes de junta, menos a senhora presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos, que não compareceu, nem referiu qualquer impedimento. Portanto, como se diz, a bola estava do lado da senhora presidente de Sarilhos, e não tinha de me pronunciar. E nessa reunião de dia 26, nós acordámos, com alguns acertos, com os senhores Presidentes de Junta, os documentos que os senhores deputados têm em vosso poder, sem a Junta de Freguesia de sarilhos Grandes. Mais tarde, a 12 de Março, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos solicitou uma reunião, que ficou marcada para dia 18 de Março, e onde foi entregue à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos uma proposta de protocolo que estava preparada para a reunião de dia 26 de Fevereiro. Na reunião de Câmara de 24 de Março, onde estes documentos foram aprovados, o senhor Vereador da CDU, Joaquim



Poly *PC*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Batalha, solicitou que os protocolos fossem retirados, porquanto não constar o protocolo de Sarilhos Grandes. Tive o cuidado de explicar todo este processo, como consta na acta, que a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos não tinha comparecido à reunião, nem tinha justificado a sua ausência por motivo de qualquer impedimento. Disse ainda que a senhora Presidente da Junta tinha tido acesso à proposta de protocolo no dia 18 de Março, tinha solicitado posteriormente alguns esclarecimentos que foram respondidos. Disse mais, que repito aqui e assumo, que lamentava a postura da senhora Presidente da Junta que tinha responsabilidades acrescidas porque desempenhava o seu cargo a meio tempo e que auferia por esse tempo 700 euros, o senhor vereador Joaquim Batalha nada disse, e a proposta foi aprovada com os votos favoráveis do PS e as abstenções do PSD e da CDU. Em resposta, vejo declarações, aí sim, injuriosas de que a senhora presidente da Câmara é mentirosa, que engana a população, e que a Presidente de Sarilhos não estava a meio tempo, e um arrazoado de situações que não correspondem à verdade. Não está em causa que a senhora presidente da Junta não tenha, até agora, recebido um tostão, os autarcas do PS da Assembleia de Freguesia de Sarilhos também não receberam um tostão das senhas de presença de 2009. Não está aqui em causa o facto que a senhora Presidente receba ou não receba, o facto é que a senhora Presidente está, ou estava, a desempenhar as suas funções a meio tempo, há data em que proferi estas declarações, e provo, porque depois solicitei à Segurança Social, um conjunto de informações que me foram facultadas, e que de facto, em Janeiro de 2010, consta a remuneração da senhora Presidente de Sarilhos Grandes. A senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, em Fevereiro, remeteu aos autarcas do PS a acta do executivo da Junta deliberada e aprovada com a informação da senhora presidente da Junta continuar a meio tempo. E foi com base nesta informação verdadeira e factual, que fiz as minhas afirmações e continuo a dizer, porque em Janeiro 2010, entraram remunerações da Junta de freguesia de Sarilhos Grandes, na Segurança social. Não compreendo, se as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

peessoas têm vergonha de dizer quanto ganham no exercício das suas funções públicas, ou mesmo de exercer um cargo público a meio tempo, e era mais importante a senhora Presidente acelerar os contactos e as reuniões com a Câmara Municipal, em vez que ir para os jornais desmentir, quando tudo isto é verdade, faculto o dossier a todos os grupos que queiram ter acesso a estas informações. Não sei se os senhores deputados sabem, mas não é obrigatório, os senhores presidentes de junta que estão a meio tempo, descontarem para a segurança social, e interrogo-me porque é que a Junta de Freguesia de Sarilhos tem de pagar a segurança social da senhora presidente de sarilhos grandes, quando a CDU diz que é uma questão de compensações. Há aqui uma grande baralhada que veio na sequência do que a senhora presidente da junta referiu, aquilo que eu disse e repito, é verdade e é factual, a senhora presidente da Junta tem um processo formal em que tem o seu mandato a meio tempo. Senhores deputados, para nós, não há nenhuma objecção de fundo, nem de principio em que os senhores presidentes de junta optem por exercer as funções a meio tempo, a tempo inteiro ou com compensações, desde que seja deliberado pela Assembleia e pela Junta de freguesia. O que não podemos admitir é que a senhora presidente de freguesia fuja à verdade aos seus concidadãos. Porque a presidente da Câmara disse a verdade. Senhores presidentes de junta, tenho uma posição de principio que já expressei anteriormente em relação à delegação de competências entre as Juntas e a Câmara. A delegação de competências é um contrato, que exige responsabilidade, confiança, ética, lealdade institucional. Admito que um presidente que contrate com a Câmara possa abster-se no PPI, mas não admito que um presidente de Junta vote contra, não é responsável, nem é ético. Jamais proporia uma delegação de competências com uma presidente de Câmara que faltasse à verdade, não tinha condições para tal, tal como no domínio dos princípios, não tenho condições de fazer um protocolo de delegação de competências com uma presidente de Junta que diz que a presidente da Câmara é mentirosa. Ou somos coerentes com os valores que se apregoa, ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

saem só da boca para fora. E tenho total disponibilidade para ir de porta em porta esclarecer os fregueses de Sarilhos grandes sobre esta situação. Ou a senhora presidente de junta de sarilhos grandes pede desculpa à senhora presidente e diz que tem um processo a meio tempo, ou não há protocolo de delegação de competências com a junta de freguesia de sarilhos grandes. “ -----

O Deputado Municipal - Avelino Antunes, no uso da palavra, fez uma Intervenção cujo teor passo a descrever: “Ninguém tem verdades absolutas e portanto aquilo que a senhora Presidente acaba de dizer como sendo a sua verdade absoluta, não o é. Nós vamos demonstrar aqui ponto por ponto. Os eleitos da CDU na freguesia de Sarilhos Grandes não têm a retroactividade em relação ao meio tempo, ao contrário de autarcas do PS que já a têm. Porque os eleitos da CDU não estão na vida autárquica por uma questão económica. A senhora Presidente traz a coacção todo esse processo com um objectivo muito claro, que ficou hoje aqui demonstrado, está a tentar encontrar condições políticas para não fazer o protocolo com a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, foi muito clara na sua última intervenção e já o tinha sido na sessão de Câmara. A questão de fundo, é que se criou um caso à volta deste processo, é da responsabilidade da Câmara Municipal, porque é admissível, é democraticamente aceite e é legítimo, que um Presidente de Junta diga não a um Plano de Actividades, o que não é legítimo, não é democrático e não é aceite, é que um Presidente de Câmara diga, se o Presidente de Junta diz que não ao Plano de Actividades, então não deve ter protocolo. Essa é a questão de fundo desde a primeira hora. Há um direito legítimo dos presidentes de Junta estarem a meio tempo. A senhora Presidente disse que é inadmissível quando uma Presidente de Junta de Freguesia falta a uma reunião e não justifica, porque está a receber do erário público e como tal deveria fazê-lo. Gostaria de saber se a senhora presidente tem consigo fax e relatório do fax enviado, porque o documento diz que a Junta não recebeu o fax. A informação que nós temos é que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

enviaram um fax pelas 15h27, e como sabe, como reconheceu na quarta-feira passada na reunião de câmara, quando há erros dos funcionários quer seja dos SMAS ou da Câmara, têm de ser assumidos. O problema que tem aqui não é entre eleitos, são as duas funcionárias de Junta de Freguesia que dizem que não receberam nenhum fax. Para terminar, os eleitos da CDU não estão a meio tempo, e caso passem a ter meio tempo, não vão receber a retroactividade, porque neste mandato e até ao momento nenhum eleito da Junta de Freguesia recebeu qualquer compensação, e nos órgãos autárquicos nomeadamente na Assembleia municipal, a maior parte dos eleitos da CDU nunca recebeu um tostão das senhas de presença." -----

Presidente da Junta de Freguesia, Carla Braziel no uso da palavra fez uma **Intervenção** cujo teor passo a transcrever: "Boa noite a todos, estava a ver que nunca mais chegava a minha hora, e já que vou falar e já aqui se falou de tantas verdades, agora vou dizer-lhes e contar-lhes realmente a história, porque isto é uma novela e sinceramente, se alguém tiver de pedir desculpa a alguém, é a senhora Presidente que fez um ditado para o jornal a insultar-me e a chamar-me mentirosa. Houve várias reuniões: -----

16 de Novembro, vamos ver como é a cooperação, a Câmara atravessa um período, assim como todas do país, a conjuntura é igual para todas, a Câmara não tem dinheiro as Juntas também não têm, toda a gente que anda na vida pública sabe disso. Nós em Sarilhos Grandes também não temos ninguém a mandar notas cá para baixo, agora, fomos a todas a reuniões, houve uma reunião de trabalhos, onde foi solicitado um esforço para abdicar de receitas e nós fomos os primeiros a cooperar, algumas Juntas do Partido Socialista não o fizeram, vejam bem o exemplo de cooperação, quando é para um é para todos. Houve outra reunião do orçamento com verbas inscritas provisórias, ninguém votou nada, no dia em que a Senhora Presidente votar aqui nas especialidades, então aí debatemos ponto a ponto e vemos a discórdia. -----



PC
Pelo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

25 de Janeiro, preocupação da reunião, Sarilhos tinha já recebido informação que não ficava com as escolas, não faz transportes, era para devolver a carrinha, a carrinha está devolvida. Continuámos e a Câmara assumiu que, pagava essas despesas de transporte de alimentos e outras matérias, em que estavam delegadas competências e que nós continuámos a fazer. Enviámos o relatório à Câmara, não temos dinheiro, a Senhora Presidente vai pagar quando? Quando acertarmos. Não é isso que está em causa? Não é para dizer que não se paga as senhas de presença ao Partido Socialista e até lhe digo mais. As senhas de presença do anterior mandato, estão disponíveis na secretaria da Junta desde Janeiro, podem ir lá buscá-las quando quiserem, aqui não há criados e eu não vou lá levá-las a casa. E o seu candidato a Sarilhos, passa lá tanto tempo a fazer trabalhos manuais, já podia ter pedido as senhas à funcionária. -----

18 de Março, correu bem a reunião, porquê? Porque dentro do que estava proposto de 24.000,00 €, houve um acerto e chegou-se a valores semelhantes ao anterior protocolo. -----

Vamos ao fax, nós fomos a todas as reuniões, até fomos às vezes a secretária ou a tesoureira e estivemos presentes em todas, tenho a certeza porque já falei com alguns presidentes de Junta que estranharam ninguém estar presente, porque seria? Então alguém acredita que se recebe um agendamento de uma reunião e não se vai porque não lhe apetece. Eu só acho estranho, não terem ligado. Não, não apareceu, é mentirosa e é assim. Veja o jornal e o que escrevem e foi você que me chamou mentirosa, primeiro, e está na acta. E agora vou dizer, nós fomos a todas as reuniões às quais recebemos convocatória, são os serviços que recebem as convocatórias e nós tivemos problemas de energia e tivemos problemas com todos os equipamentos ligados à electricidade, houve quebras de energia. Aliás com as últimas trovoadas toda a gente percebeu o que aconteceu e numa reunião do CLAS, eu estive presente e vou a muito mais coisas que muita gente que está a meio tempo, não vai. E nessa reunião do CLAS, tomo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

conhecimento que não tinha sido uma reunião para a zona Este ou Oeste, mas tinha sido uma reunião para todos e perguntei aos serviços qual era a situação, os serviços disseram que não receberam e nós sem perguntarmos absolutamente mais nada, mandamos um fax, e se isto não é justificação, o que será. -----

“Vimos por este meio solicitar a V. Exa. Data alternativa para análise da proposta de Protocolo de Delegação de Competências, visto que por provável avaria não foi recepcionado o fax com a convocatória anterior”. Isto não é justificação, então é o quê? O relatório que está aí é verdade, é uma indicação como o fax foi enviado e diz que está OK, às vezes os faxes ficam em memória e se houver um problema com o fax, como sabem perfeitamente não é impresso. Portanto, nós aqui nem colocámos em causa se tinham ou não mandado, dissemos taxativamente e foi nesta situação que fomos à reunião. -----

Nessa reunião depois de alguns esclarecimentos, a Câmara fez as suas informações, nós fizemos as nossas e por nós estava despachado. Porque nós temos esta proposta, já enviámos e estamos à espera de uma resposta da Câmara, é só isso, agora, é lamentável é estas declarações provocatórias e as pessoas honestas obviamente têm que se dar ao respeito. -----

Eu não ponho em causa que a Senhora Presidente não tenha os fundamentos necessários para chegar a uma conclusão e foi confiar numa pessoa que só está para fazer mal. E isto destes dinheiros, isto já vem de trás e vou-lhe explicar porquê, tenho aqui uma acta que é de hoje “os protagonistas que escolheram e não se mostraram credíveis aos olhos do eleitorado, alguns eram reincidentes, mas os respectivos partidos não tiraram e continuam sem tirar as devidas lições de tais decisões”, o nosso também era um cromo repetido percebe, e o Partido Socialista andou a distribuir estas cartas à população, onde diz aqui, obrigadinha pela publicidade. -----

“A actual presidente da CDU, Carla Braziel, onde a freguesia gasta cerca de 20.000,00 €, no mandato” e eu quero saber se os outros presidentes estão de acordo com esta porcaria e se gostavam que lhes fizessem o mesmo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

O meio tempo tem que ser instruído de acordo com a lei, tem que haver confirmação pelo executivo e tem que ser enviado para a Assembleia para verificação e não foi para verificação da Assembleia, apenas informado da disponibilidade da continuação do meio tempo em termos de futuro, que depois se fazia a verificação mais tarde e o que elas fizeram, instruíram mal o processo e a gente vai já apanhar isto e vieram fazer queixinhas. -----

É uma honra ser presidente da minha terra, receba 0, 5, 10 ou 30 e se tiver que morrer é pela minha terra. Vou de janela em janela explicar o que tiver que explicar, mas na minha terra, porque não devo explicações a mais ninguém a não ser aos meus eleitores e à Assembleia de Freguesia da minha terra. -----

Vamos à Segurança Social, a Senhora Presidente pediu um extracto da Junta e mandaram-lhe as reclamações que existem, não está a ver, induzida em erro e a tentar difamar uma pessoa honesta, porque o extracto tem várias prestações reclamadas e isso não lhe deram, e agora vou ler-lhe outra coisa, não se pode falar daquilo que não se sabe, ou então, não sabe pergunta, não se tenta difamar as pessoas e depois afinal não se tem informação nenhuma, senão dizia vamos para uma reunião e vamos esclarecer isto, temos que valorizar a democracia, então vamos lá, remuneração em falta, "Da análise ao sistema informático da Segurança Social, verifica-se nos movimentos da conta corrente dessa entidade empregadora, pagamentos referentes aos meses: 7 de 2003, no valor de 347.095,00 € e 8 de 2003, no valor de 122.058 €, no entanto não se verifica a entrega das declarações de remunerações como isto, já há várias reclamações, e portanto, isso não quer dizer que a pessoa esteja a meio tempo, a única coisa que quer dizer que a pessoa esteja a meio tempo é instruir o processo como deve ser, e neste caso, ele não foi para a Assembleia de Freguesia de propósito e o Senhor o que fez foi interpolar a Senhora Presidente da Assembleia, combinar uma reunião à socapa, sem pedir explicações. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

E a Senhora Presidente com medo, foi buscar uma acta que não tinha sido remetida à Assembleia, uma acta do executivo, estão ali pessoas da Assembleia que sabem isso.” -----

A Presidente da Câmara, no uso da palavra, em resposta à Senhora Presidente da junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, disse: “Exma. Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia de Sarilhos Grandes. Pedido de informação: Senhora Presidente, Fernando Raimundo Machado, na qualidade de membro da Assembleia de Freguesia de Sarilhos Grandes, vem nos termos para os efeitos no disposto no artigo 17º, nº 1, alínea g) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, requerer a V. Exa., informação sobre a verificação do exercício de funções a meio tempo ou a tempo inteiro da Senhora Presidente da Junta de Freguesia, requerendo cópia da documentação para tal fim. Pede Deferimento. Data de 30/12/2009.” -----

A Assembleia de Freguesia realizou-se a 22/12/2009 e no dia 30/12/2009 o autarca do PS vem solicitar. -----

A 08/02/2010, a resposta: -----

“Exmo. Senhor Fernando Raimundo Machado, venho desta forma enviar a V. Exa., que a documentação foi entregue pelo Executivo da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, esperando desta forma que o envio da mesma possa satisfazer o seu pedido de informação, encontrando-me à sua disposição para eventuais esclarecimentos, agradeço a sua compreensão pelo atraso na resposta à sua missiva. Vanda Morgado Mota.” -----

“Exma. Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia de Sarilhos Grandes – Dra. Vanda Mota, Envio de documentação, Vimos por este meio remeter a V. Exa., a documentação para a Assembleia de Freguesia do dia 21 de Dezembro de 2009.” -----

Acta n.º 49 da Reunião Extraordinária de 12 de Novembro de 2009 “Aos onze dias do mês de Novembro de 2009, no Edifício da Junta de Freguesia, Carla



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Braziel, Fernanda Filipe e Sofia Avoila, com a seguinte apreciação do expediente e despacho e seu ponto único da Ordem de Trabalhos.

Confirmação e envio à Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia de Sarilhos Grandes, sobre a continuidade da função a meio tempo da Senhora Presidente da Junta de Freguesia, segundo a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, artigo 27º, ponto 3, aqui a conformidade de acordo com a Lei, nada mais havendo a tratar a Presidente deu por concluída a sessão da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Presidente e por mim que a secretariei, Carla Braziel e Fernanda Filipe.” -----

Está aqui e ainda por cima junta abono dos eleitos locais, uma circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses e ainda recebimentos de fluxos de caixa e outros documentos. Não são suposições, nem intenções da Presidente da Presidente da Câmara Municipal. Agora vamos ver a acta da Câmara, e que fique esclarecido para o bem da transparência, da verdade e da honra entre eleitos. -----

Acta de 24 de Março, onde nós acordamos os sete protocolos de delegação de competências. -----

“Senhores Vereadores, nos termos do artigo 15º da Lei número 159/99, de 14 de Setembro e do artigo 66º da Lei número 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de Janeiro, estamos aqui hoje a discutir e aprovar a delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia, no respeito escrupuloso pelo conteúdo dos protocolos de delegação de competências acordados, desde já, com sete Juntas de Freguesia. Este processo democrático de diálogo com as Juntas de Freguesia iniciou-se em Janeiro de 2010, com a realização de reuniões com todos os Senhores Presidentes. No mês de Fevereiro voltámos a reunir, no dia 26, com todos eles à excepção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, que não compareceu nem deu qualquer explicação para a sua ausência. Só no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

dia 12, às 18h20, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes nos enviou um fax a solicitar o agendamento de uma reunião, que se veio a realizar no dia 18, reunião que se realizou e onde lhe foi entregue uma proposta de protocolo. A resposta à nossa proposta chegou no dia 22, pelo que nos cumpre agora analisá-la com vista ao aprofundamento da negociação com esta Junta de Freguesia. Desde a primeira hora, que foi preocupação do Executivo Municipal atender, por um lado, ao princípio da subsidiariedade, confiando e acreditando na eficácia e na eficiência da acção das Juntas de Freguesia para a prossecução do interesse público, mas por outro lado ter em conta a situação económica portuguesa e do concelho, que nos obrigou a elaborar um orçamento num contexto económico excepcional. Um orçamento construído quando o Mundo vive um momento de expectativa na recuperação económica, mas ainda de enorme incerteza quanto ao ritmo e à rapidez dessa recuperação daquela que é maior crise económica dos últimos 80 anos. Uma crise da qual podemos hoje perceber um pouco melhor a dimensão. Rigor na política orçamental é pois um imperativo a que o interesse dos nossos concidadãos nos obriga. Foi neste contexto e com o espírito de melhor servir o interesse comum, que procurámos um consenso com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Montijo, Afonsoeiro, Atalaia, Alto Estanqueiro/Jardia, Pegões, Santo Isidro de Pegões e Canha com vista à delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia. A aprovação destes protocolos obedeceu ao espírito da Carta Europeia de Autonomia Local e de toda a legislação que estabelece o Quadro Jurídico de Competências e do próprio Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e Freguesias, documentos que nos dizem que a delegação de competências é um acto livre que depende da vontade da Câmara em delegar e das Juntas de Freguesia em aceitar tal delegação com o seu conteúdo e meios. É neste contexto que afirmamos, ao contrário do pré-tendido pelos autarcas da CDU de Montijo, que nem a Câmara pode impor às Juntas de Freguesia a delegação de competências nem aquelas



Palmy *PL*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

podem obrigar a Câmara ou sequer reclamar por delegação de competências. Queremos mesmo reafirmar que, não obstante a nossa disponibilidade para negociar a delegação de competências com as Juntas de Freguesia, defendemos convictamente que as transferências de competências para os municípios e para as freguesias devem ser negociadas com o Governo da República, no quadro da descentralização administrativa e financeira. A posição do PS na Câmara Municipal de Montijo é uma posição de princípio e a que melhor serve o interesse público, porque além de ter em devida conta a situação económica e financeira do país e do concelho para negociar e promover uma delegação de competências equitativa e justa para as Juntas de Freguesia, procura ir mais além no princípio da subsidiariedade, defendendo que a delegação de competências para as Juntas de Freguesia devem decorrer directamente da Lei. Gostaríamos muito de ver os outros partidos representados no Executivo Municipal seguir esta posição transparente, inequívoca, rigorosa e de acordo com os princípios democráticos da descentralização e da subsidiariedade." -----

Face à preocupação do senhor Vereador Joaquim Batalha de retirar as propostas, porque depois não havia termos de comparação com Sarilhos, foi quando eu reafirmei que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, tinha sido convocada, como todos os outros Presidentes de Junta, e que, não tinha comparecido nem dado qualquer explicação, tinha responsabilidades acrescidas, porque exercia o seu mandato a meio tempo, então isto é alguma coisa fora do normal? -----

Face a esta realidade, o que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, veio dizer no jornal, para eu depois poder responder, naturalmente. -----

E foi na sequência da intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia, que fez no Jornal do Montijo, que solicitei informação à Segurança Social, não foi antes, eu antes tinha a informação que a Senhora Presidente tinha aprovado o exercício do mandato a meio tempo e que estava na Junta a meio tempo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Jornal do Montijo, no dia 26 de Março: "A Presidente da Câmara, engana as populações, em relação aos comentários da Senhora Presidente da Câmara e o que foi relatado no Jornal do Montijo, importa esclarecer, a Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, sempre manifestou e manifesta interesse em todas as reuniões, onde se discutam situações que tenham a ver com o interesse da população de Sarilhos Grandes, tanto que nas reuniões de protocolo de delegações de competências, a Presidente da Junta foi substituída, em algumas delas pela Tesoureira ou Secretária, o que demonstra o contrário da insinuação maldosa e provocatória da Senhora Presidente da Câmara, o empenho do executivo da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes. -----

A Senhora Presidente afirmou em sessão de Câmara, transcrito no passado dia 26 de Março, no Jornal do Montijo que a Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, estava a meio tempo e recebia do erário público o valor de 700 euros mensais e por isso tinha obrigação de comparecer às reuniões. É verdade. A Senhora Presidente da Câmara além da arrogância, engana as populações, porque os eleitos da Freguesia de Sarilhos Grandes, inclusive a Presidente, presentemente não se encontra a meio tempo, apesar de por Lei estar definidas compensações, ainda não receberam um tostão, qualquer cidadão pode verificar." -----

Mas não é isso que está em causa. A Senhora Presidente formalizou no Executivo, aprovado, remeteu e deu conhecimento à Assembleia de Freguesia, a sua situação de meio tempo, esta é que é a verdade. -----

E foi na sequência destas declarações que eu fiz a minha intervenção na Reunião de Câmara a seguir. As declarações que o Senhor Deputado Municipal Avelino Antunes, leu e como a Senhora Presidente referiu isto ao Jornal do Montijo, eu solicitei à Segurança Social, que me informasse sobre a Senhora Presidente da Junta e obtive uma resposta, Todos os meses certos, de Janeiro de 2006 a Janeiro de 2010, ou seja, Janeiro de 2010 já é este mandato. Isto é documental, agora cada um tira as suas conclusões e assume as suas responsabilidades." ----



PC
Sele

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

O Deputado Municipal - Álvaro Saraiva, no uso da palavra, fez uma Intervenção cujo teor passo a descrever: "Quem vai avaliar se a senhora Presidente da Junta de Sarilhos Grandes fala a verdade ou não, são os fregueses da freguesia de Sarilhos Grandes em 2013. Pensava que estávamos a discutir neste ponto, os protocolos da Câmara com as Juntas de Freguesia, e é para isso que os senhores presidentes de Junta estão à espera, que estes protocolos sejam aprovados, porque é essencial para o trabalho que fazem em prol dos seus fregueses e das suas freguesias. A senhora Presidente da Câmara não está preocupada com os Protocolos ou com os Presidentes de Junta. A senhora Presidente o que quer discutir é descontos e vencimentos, e tem vindo a ameaçar a Junta de Freguesia de Sarilhos há mais de um ano, com os protocolos. E desafio a senhora Presidente a ver se os outros municípios à volta, têm a mesma postura. Por uma questão de boa fé e de princípio, se a senhora Presidente tem uma reunião marcada com todos os presidentes de Junta e a Presidente de Sarilhos não aparece, podia ter tentado saber o que se passava. Tenho a certeza se algum presidente de Junta do PS faltasse À reunião, iam logo ligar para saber o que se passava. Quando era vereador se me atrasasse para a reunião de câmara 15 minutos tinha logo o gabinete de apoio a ligar." -----

A Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Carla Braziel, no uso da palavra disse: "O senhor Presidente disse-me que me dava a palavra, depois da intervenção da senhora Presidente da Câmara, por isso a democracia é para todos. -----

Verificar a conformidade dos requisitos previstos no n.º 3 do artigo 27º, funções a tempo inteiro e a meio tempo do Presidente da Junta, Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, só depois da verificação é instituído o meio tempo, justifiquei com o nosso fax, o porquê de não termos recebido a convocatória, está mais do que justificado, foi apresentado o extrato da segurança social, estão aqui as reclamações efetuadas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

e isso ninguém quis saber e portanto não foi remetida à Assembleia de Freguesia absolutamente nada, por isso o processo não está instituído e eu estou de boa fé e estou a dizer a verdade. Por nós estava tudo tratado e esta é que é a verdade e tenho documentos que posso facultar, basta ver os processos nas outras freguesias, se não foi assim que os Presidentes de Junta fizeram para justificar o meio tempo, e está aqui a Junta do Afonsoeiro que fez isso. Obrigado.” -----

*O Presidente da Junta de Freguesia de Alto Estanqueiro/Jardia - Tolentino Gomes, no uso da palavra, leu uma **Intervenção**, cujo teor a seguir se descreve:*

“Sr. Presidente, Srs. Membros do executivo Municipal, Srs. e Sras. Deputados da Assembleia Municipal, Srs. Múncipes: Delegação de protocolo de poderes para executar serviços e descentralizar meios financeiros, é a forma encontrada pela Câmara Municipal de Montijo e as Freguesias do Concelho, para mais perto da população, responder aos incómodos, inverter o distanciamento, ficando mais próximo dos cidadãos, em cada canto das Freguesias. Sendo estas, o ponto de apoio, porto de abrigo, porta sempre aberta para o acolhimento dos problemas pessoais e colectivos das populações. Este Protocolo de descentralização de competências permite às Juntas de Freguesia executar algumas pequenas tarefas mais rápidas, mais baratas e com maior eficiência no combate aos problemas das populações. Pensando que o acordo estabelecido não é óptimo nem o desejado, mas sim o possível, olhando às circunstâncias difíceis que o mundo e o nosso país atravessa certamente a Câmara Municipal tem as suas dificuldades de tesouraria. Assim sendo, o meu executivo da Junta, não teve qualquer dificuldade em concordar com as verbas e com o protocolo estabelecido, como é do conhecimento geral, resta agora nas horas mais difíceis fazer uma boa aplicação e gestão dos dinheiros públicos, ao serviço da qualidade de vida das pessoas com seriedade e boa fé. As freguesias do Concelho todas têm problemas diferentes, cada uma é um caso, estou convicto que tudo foi ponderado através das reuniões efectuadas, na troca de documentos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

e propostas, não me oferece dúvidas e serei a favor, porque, como em tudo na vida terá de haver o devido respeito, das posições assumidas e reivindicativas, da postura e elevação do debate. A delegação de competências de 2006 na Freguesia que represento, foi uma mais-valia a todos os níveis no seu funcionamento, podendo contar com as transferências de verbas sempre com datas certas mensalmente, certamente diz o velho ditado é melhor o possível e certo, do que muita grande e incerto, chegando ao final do ano e não cumprir com as transferências, como vai acontecendo em outros Municípios bem conhecidos de todos nós. Os interesses da minha freguesia neste acordo para 2010 e anos seguintes, foram uma preocupação permanente e com o princípio sempre presente na orientação do trabalho reconhecidamente realizado. Partindo deste princípio, da confiança e responsabilidade acrescidas, saberemos enfrentar o desafio, continuar com o trabalho que dignifique cada vez mais a qualidade de vida dos cidadãos da Freguesia, mas também que dê, prestígio ao nosso Município de Montijo.” -----

*O Senhor Presidente, de seguida submeteu à votação a proposta, conforme se discrimina: - **Proposta do Executivo Camarário n.º 169/10 - “Celebração de protocolos de delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia.”**, tendo a Assembleia deliberado aprová-la por maioria, com 17 votos a favor do PS, 10 abstenções (4 da CDU, 5 do PPD/PSD.CDS.PP e 1 do BE) e 0 votos contra. -----*

*O Deputado Municipal - Avelino Antunes, no uso da palavra, leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor passo a descrever: “ Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia – Desde sempre que a CDU defende a realização de protocolos de delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia acompanhados dos devidos meios e sempre com o objectivo do acréscimo de competências. Sempre defendemos e continuamos a defender que a*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

transferência de competências para as Juntas de Freguesia também se devem fazer directamente do Poder Central para as freguesias, sempre acompanhadas dos devidos meios. Esta é a nossa posição desde sempre, por isso sejam bem-vindos aqueles que hoje dizem, defender esta posição, porque como é do conhecimento público, nomeadamente em congressos da ANAFRE, a posição do Partido Socialista foi diferente. É legítimo e é um direito em democracia reclamar e daí o direito das Juntas de Freguesia pela exigência dos protocolos de descentralização de competências nas Freguesias, ao contrário do que afirma a Senhora Presidente da Câmara Municipal pondo em causa o direito de reclamação das Juntas de Freguesia. Não se trata de qualquer tipo de imposição como afirma a Senhora Presidente da Câmara Municipal, mas sim de opções políticas, que entendem ser necessário valorizar o papel das Juntas de Freguesia, o poder que mais perto está das populações, para que possa contribuir de forma mais eficaz para a melhoria da qualidade de vida das populações. O atraso verificado em todo este processo e as suas controvérsias, é da única e exclusiva responsabilidade dos eleitos do PS na Câmara Municipal e nomeadamente em relação à Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes a quem propuseram inicialmente um corte de verbas de cerca de 50% em comparação ao ano de 2009, esperamos que as reuniões e negociações em curso cheguem a bom termo rapidamente. No âmbito da península de Setúbal a gestão do partido socialista na Câmara Municipal de Montijo é aquela que percentualmente menos verba disponibiliza para os protocolos de delegação de competências a acordar com as juntas de Freguesia, que ao contrário do que afirma a Senhora Presidente da Câmara Municipal, não têm de facto comparação na Península de Setúbal e, demonstra claramente uma opção de um projecto político autárquico, centralizador, que não investe nas delegações de competências nas Juntas de Freguesia. Apesar de reconhecermos que os protocolos de delegação de competências acordados com as Juntas de Freguesia, estão aquém dos meios que eram possíveis satisfazer e necessários no desenvolvimento do trabalho a



Handwritten signature: P. Costa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

realizar pelas Juntas de Freguesia em prol das populações. Porque não queremos com o nosso voto pôr em causa o direito das Juntas de Freguesia em terem protocolos de delegação de competências, reconhecendo que os meios são insuficientes por opção política da gestão do PS, somos pela abstenção.” -----

O Deputado Municipal - Emanuel Costa, no uso da palavra, leu uma Declaração de Voto, cujo teor a passo a descrever: “Celebração de Protocolos de Delegação de Competências da Câmara Municipal às Juntas de Freguesia – A lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, estabelece o Quadro de Competências e o Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias. A lei refere que as Câmaras Municipais podem deliberar sobre formas de apoio às freguesias e ainda que podem propor a delegação de competências da Câmara nas freguesias que “nisto tenham interesse”. As Juntas de freguesia podem exercer actividades que a Câmara delegue. O executivo do PS sempre apoiou e foi solidário com todas as Juntas de Freguesia do concelho, independentemente da sua cor política, numa primeira fase através do apoio directo com transferências de verbas, posteriormente em 14 de Agosto do ano de 2006 com a delegação de competências através de protocolo. Somos defensores que as Juntas de Freguesia devem assumir mais competências e conseqüentemente serem dotadas de respectivos meios financeiros, mas essas competências não devem ser tratadas ou transferidas pelas Câmaras Municipais em sede de protocolo. As transferências de competências para os municípios e para as freguesias devem ser negociadas com o Governo da República, no quadro da descentralização administrativa e financeira. Os Protocolos de delegação de competências da Câmara Municipal de Montijo nas Juntas de Freguesia devem ter por base a vontade das partes e necessariamente a melhor capacidade de exercer uma competência, com benefícios claros no domínio do serviço prestado aos cidadãos e no domínio da eficiência e da rentabilização dos recursos

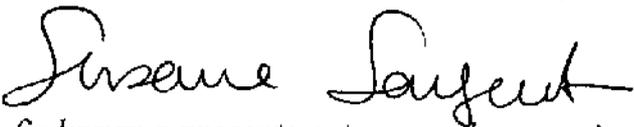


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

públicos. As actuais circunstâncias de dificuldade económica e financeira do mundo, do país e da Câmara Municipal de Montijo, obrigaram, necessariamente, a uma redução dos meios financeiros para as Juntas de Freguesia. Sublinhamos o esforço do executivo socialista e dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia do Afonsoeiro, Alto Estanqueiro/Jardia, Atalaia, Canha, Montijo, Pegões e Santo Isidro de Pegões em encontrarem uma plataforma de entendimento espelhada na presente proposta, apesar das dificuldades orçamentais." -----

O Deputado Municipal - Manuel Mata Justo, apresentou um Voto de Protesto, cujo teor a seguir se descreve: " São três e dez da manhã, o senhor Presidente pediu-nos meia hora, a nossa abstenção funciona como voto de protesto, tínhamos disponibilidade para discutir os protocolos, não o fizemos porque suspenderam algumas intervenções e esta bancada também o fez, lamentavelmente não pudemos discutir por que foi o tempo todo direccionado para a Junta de Freguesia de Sarilhos, esta responsabilidade pela falta de espaço para discutir os protocolos é culpa da gestão do senhor Presidente da Assembleia e como dirigiu os trabalhos desta reunião." -----

Seguidamente, não se registando mais intervenções, foi a presente acta aprovada em minuta, e declarada encerrada a presente Sessão Ordinária, informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, dia 26 de Abril, pelas 21 horas, eram três horas e quinze minutos do dia vinte e quatro de Abril de 2010. -----

E eu, , Assistente Técnica, fiz lavrar a presente acta que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa.-----

----- O Presidente -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Rafael Pereira Reis Caromén

----- O 1º Secretário -----

[Handwritten signature]

----- O 2º Secretário -----

[Handwritten signature]